

NEWSLETTER JULHO/AGOSTO 2016



An Independent Member Of
BKR International - In principal
cities worldwide

www.mca.pt

www.bkr.com

Sede: Lisboa
R. Visconde Moreira de Rey, 14
Linda-a-Pastora
2790-447 Queijas

Telf. 21 424 88 40
Fax. 21 424 88 50

Delegações:
Olhão e Portalegre

EM DESTAQUE

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante SNC -AP, foi aprovado pelo Decreto -Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual inclui, no seu anexo III, o Plano de Contas Multidimensional, doravante PCM. A Portaria nº 189/2016 aprova as notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Por outro lado, a Portaria 218/2016 aprova o Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. O regime simplificado é aplicável às entidades que integrando o âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), definido no artº 3º do Decreto-Lei 192/2015, cumpram os requisitos para serem consideradas pequenas entidades ou microentidades.

RATIFICAÇÕES DO PRESIDENTE DA REPUBLICA (Convenções para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento)

O Decreto do Presidente da Republica nº 35/2016 ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino da Arábia Saudita para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 8 de abril de 2015.

O Decreto do Presidente da Republica nº 36/2016 ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e o Sultanato de Omã para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 28 de abril de 2015.

O Decreto do Presidente da Republica nº 40/2016 ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e a República Socialista do Vietname para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Lisboa em 3 de junho de 2015.

O Decreto do Presidente da Republica nº 52/2016 ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em São Tomé, em 13 de julho de 2015

O Decreto do Presidente da Republica nº 53/2016 ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para reforçar o cumprimento fiscal e implementar o Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), assinado em Lisboa, em 6 de agosto de 2015.

O Decreto do Presidente da Republica nº 61/2016 ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Costa do Marfim para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 17 de março de 2015.

Decreto do Presidente da República n.º 35/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18

Decreto do Presidente da República n.º 36/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18

Decreto do Presidente da República n.º 40/2016 - Diário da República n.º 143/2016, Série I de 2016-07-27

[Decreto do Presidente da República n.º 52/2016 - Diário da República n.º 150/2016, Série I de 2016-08-05](#)

[Decreto do Presidente da República n.º 53/2016 - Diário da República n.º 150/2016, Série I de 2016-08-05](#)

[Decreto do Presidente da República n.º 61/2016 - Diário da República n.º 160/2016, Série I de 2016-08-22](#)

APROVAÇÕES DA ASSEMBLEIA DA REPUBLICA (Convenções para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento)

A Resolução da Assembleia da Republica nº 127/2016 aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino da Arábia Saudita para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 8 de abril de 2015.

A Resolução da Assembleia da Republica nº 128/2016 aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Sultanato de Omã para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 28 de abril de 2015.

A Resolução da Assembleia da Republica nº 143/2016 aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Socialista do Vietname para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Lisboa em 3 de junho de 2015.

A Resolução da Assembleia da Republica nº 182/2016 aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em São Tomé em 13 de julho de 2015.

A Resolução da Assembleia da Republica nº 143/2016 aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para reforçar o cumprimento fiscal e implementar o Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), assinado em Lisboa, em 6 de agosto de 2015.

A Resolução da Assembleia da Republica nº 143/2016 aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Costa do Marfim para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 17 de março de 2015.

Resolução da Assembleia da República n.º 127/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18

Resolução da Assembleia da República n.º 128/2016 - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18

[Resolução da Assembleia da República n.º 143/2016 - Diário da República n.º 143/2016, Série I de 2016-07-27](#)

[Resolução da Assembleia da República n.º 182/2016 - Diário da República n.º 150/2016, Série I de 2016-08-05](#)

[Resolução da Assembleia da República n.º 183/2016 - Diário da República n.º 150/2016, Série I de 2016-08-05](#)

[Resolução da Assembleia da República n.º 192/2016 - Diário da República n.º 160/2016, Série I de 2016-08-22](#)

LEGISLAÇÃO FISCAL

ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 172.º da [Lei n.º 7-A/2016](#), de 30 de março, o Decreto-Lei n.º 38/2016 procede à alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 215/89](#), de 1 de julho, no que respeita à majoração dos gastos suportados pelas empresas de transportes com a aquisição de combustíveis.

[Decreto-Lei n.º 38/2016 - Diário da República n.º 135/2016, Série I de 2016-07-15](#)

IRS – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

O Decreto Legislativo Regional n.º 33/2016/M procede à primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 3/2001/M](#), de 22 de fevereiro, que define o regime de redução das taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, previstas no CIRS, aplicável aos residentes na Região Autónoma da Madeira.

[Decreto Legislativo Regional n.º 33/2016/M - Diário da República n.º 138/2016, Série I de 2016-07-20](#)

ALTERAÇÃO DIVERSOSCÓDIGOS: CIRS, CIRC, RGIT, CIS, CIMI, CIUC

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 131.º, pelos n.os 3 e 4 do artigo 140.º e pelos artigos 148.º a 150.º, 156.º, 166.º e 169.º da [Lei n.º 7-A/2016](#), de 30 de março, o Decreto-Lei nº 41/2016 altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o [Decreto-Lei n.º 185/86](#), de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação.

[Decreto-Lei n.º 41/2016 - Diário da República n.º 146/2016, Série I de 2016-08-01](#)

IMPOSTO SOBRE COMBUSTÍVEIS – ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO

A Lei 24/2016 cria um regime de reembolso de impostos sobre combustíveis para as empresas de transportes de mercadorias, alterando o Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 73/2010](#), de 21 de junho, e o Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela [Lei n.º 15/2001](#), de 5 de junho.

[Lei n.º 24/2016 - Diário da República n.º 160/2016, Série I de 2016-08-22](#)

IRC – ALTERAÇÃO DO REGIME DE ISENÇÃO PARCIAL PARA OS RENDIMENTOS DE PATENTES E OUTROS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

O Decreto-Lei nº 47/2016, no uso da autorização concedida pelos n.os 1 e 2 do artigo 140.º da [Lei n.º 7-A/2016](#), de 30 de março, altera o regime de isenção parcial para os rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial previsto no artigo 50.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, de modo a garantir que os benefícios fiscais atribuídos apenas abranjam rendimentos relativos a atividades de investigação e desenvolvimento do próprio sujeito passivo beneficiário.

[Decreto-Lei n.º 47/2016 - Diário da República n.º 160/2016, Série I de 2016-08-22](#)

IRC – ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

A Lei 23/2016 aprova a primeira alteração ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, aprovado em anexo à [Lei n.º 61/2014](#), de 26 de agosto.

[Lei n.º 23/2016 - Diário da República n.º 159/2016, Série I de 2016-08-19](#)

OUTRA LEGISLAÇÃO

REGIME JURIDICO DE ACESSO E EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO

O Decreto Legislativo Regional nº 30/2016/M adapta à Região Autónoma da Madeira, o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 10/2015](#), de 16 de janeiro.

Decreto Legislativo Regional n.º 30/2016/M - Diário da República n.º 136/2016, Série I de 2016-07-18

EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS

A Lei nº 21/2016 salvaguarda da regularização das explorações pecuárias e outras, alterando o prazo estabelecido no [Decreto-Lei n.º 165/2014](#), de 5 de novembro.

Lei n.º 21/2016 - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19

TAXAS SUPLETIVAS DE JUROS MORATÓRIOS

O Aviso nº 8671/2016 aprova as taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 2.º semestre de 2016.

Aviso n.º 8671/2016 - Diário da República n.º 132/2016, Série II de 2016-07-12

LEI DO TRABALHO - ALTERAÇÃO

A Lei 28/2016 combate as formas modernas de trabalho forçado, procedendo à décima primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à quinta alteração ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e à terceira alteração ao regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro.

Lei n.º 28/2016 - Diário da República n.º 161/2016, Série I de 2016-08-23. Assembleia da República.

REGIME DO ARRENDAMENTO APOIADO PARA HABITAÇÃO - ALTERAÇÃO

A Lei 32/2016 procede à primeira alteração à [Lei n.º 81/2014](#), de 19 de dezembro, que «estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a [Lei n.º 21/2009](#), de 20 de maio, e os [Decretos-Leis n.os 608/73](#), de 14 de novembro, e [166/93](#), de 7 de maio»-

[Lei n.º 32/2016 - Diário da República n.º 162/2016, Série I de 2016-08-24](#)

PRINCÍPIO DA ONEROSIDADE

A Portaria n.º 222-A/2016 altera a [Portaria n.º 278/2012](#) no que respeita ao princípio da onerosidade, fixando o valor unitário por m2, consoante a localização do imóvel e nos casos em que não se encontre apurado o valor de mercado.

[Portaria n.º 222-A/2016 - Diário da República n.º 155/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-08-12](#)

CONTABILIDADE

SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante SNC -AP, foi aprovado pelo Decreto -Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual inclui, no seu anexo III, o Plano de Contas Multidimensional, doravante PCM. A Portaria n.º 189/2016 aprova as notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Portaria n.º 189/2016 - Diário da República n.º 134/2016, Série I de 2016-07-14

A Portaria 218/2016 aprova o Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. O regime simplificado é aplicável às entidades que integrando o âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), definido no art.º 3º do Decreto-Lei 192/2015, cumpram os requisitos para serem consideradas pequenas entidades ou microentidades, desde que as primeiras não optem pela aplicação do regime geral do SNC-AP e as segundas pela aplicação desse regime ou do regime simplificado das pequenas entidades.

[Portaria n.º 218/2016 - Diário da República n.º 152/2016, Série I de 2016-08-09](#)

Programas operacionais / Apoios

Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2016/A - Diário da República n.º 131/2016, Série I de 2016-07-11

Segunda alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2014/A](#), de 17 de setembro, que regulamenta o Subsistema de Incentivos para a Qualificação e Inovação

Portaria n.º 188/2016 - Diário da República n.º 133/2016, Série I de 2016-07-13

Estabelece o regime de aplicação do apoio 8.2.1, «Gestão de Recursos Cinegéticos» e do apoio 8.2.2, «Gestão de Recursos Aquícolas», ambas inseridas na ação 8.2, «Gestão de Recursos Cinegéticos e Aquícolas» da Medida 8, «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2016/A - Diário da República n.º 133/2016, Série I de 2016-07-13

Terceira alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2014/A](#), de 10 de outubro que regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo

[Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2016/A - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19](#)

Terceira alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2014/A](#), de 23 de setembro, que regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local

Portaria n.º 211-A/2016 - Diário da República n.º 147/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-08-02

Terceira alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado em anexo à [Portaria n.º 57-A/2015](#), de 27 de fevereiro

Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2016/A - Diário da República n.º 129/2016, Série I de 2016-07-07

Quarta alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2014/A, de 22 de setembro que regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação.

Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2016/A - Diário da República n.º 133/2016, Série I de 2016-07-13

Terceira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2014/A, de 10 de outubro que regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo.

Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2016/A - Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19

Terceira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2014/A, de 23 de setembro, que regulamenta o Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local

[Portaria n.º 214/2016 - Diário da República n.º 149/2016, Série I de 2016-08-04](#)

Altera o Regulamento do Regime de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, nos Domínios da Inovação, do Aconselhamento e dos Investimentos Produtivos do Programa Operacional Mar 2020, aprovado pela [Portaria n.º 50/2016](#), de 23 de março

[Portaria n.º 216/2016 - Diário da República n.º 150/2016, Série I de 2016-08-05](#)

Aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária, do Programa Operacional Mar 2020, para Portugal Continental

[Portaria n.º 229/2016 - Diário da República n.º 164/2016, Série I de 2016-08-26](#)

Estabelece o regime de aplicação das operações n.os 3.4.1, «Desenvolvimento do regadio eficiente», e 3.4.3, «Drenagem e estruturação fundiária», inseridas na ação n.º 3.4, «Infraestruturas coletivas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», integrada na área n.º 2, «Competitividade e organização da produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016 - Diário da República n.º 158/2016, Série I de 2016-08-18](#)

Aprova o Programa Capitalizar

INTERPRETAÇÕES/ORIENTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Ofício-circulado n.º 90023/2016, de 01/08

Este ofício-circulado presta esclarecimentos sobre a inscrição eletrónica como residente não habitual - N.º 10 do artigo 16.º do Código do IRS

Ofício-circulado n.º 30182/2016, de 10/08

Este ofício-circulado clarifica as alterações introduzidas Decreto-Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto no que respeita a alterações em sede de IVA.

Certificação de programas informáticos – anulação de certificados

Por despacho de 2016-07-29 do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foram anuladas as certificações outorgadas pelos certificados n.º 1422/AT e 1751/AT, referentes aos programas de faturação “CR Mais” e “WinPlus”, respetivamente, produzidos pelo, Grupopie Portugal, SA, tendo por fundamento o incumprimento dos requisitos previstos nas alíneas b), d) e) do artigo 3.º da Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho.

OUTROS ASSUNTOS

Diretiva (UE) 2016/1164 do Conselho, de 12 de julho de 2016

A Diretiva 2016/1164 estabelece regras contra as práticas de elisão fiscal que tenham incidência direta no funcionamento do mercado interno. A Diretiva trata de regra da limitação dos juros, tributação à saída, regra geral anti-abuso, regra das sociedades estrangeiras controladas, cálculo dos rendimentos das sociedades estrangeiras controladas, assimetrias híbridas.

Os Estados membros deverão transpor a Diretiva até 31 de dezembro de 2018 e iniciar a sua aplicação a partir de 1 de janeiro de 2019.

A presente informação destina-se a ser distribuída entre clientes e colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem expressa autorização do editor.

Caso deseje obter esclarecimentos adicionais contacte sroc@mca.pt